

## A POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO MUNICÍPIO DE ITABERABA/BA

“Academia em Rede” – Comunicação

Stela Santos Fernandes<sup>44</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa trata de um estudo de caso acerca da Política Pública de formação do professor para atuar na educação inclusiva do município de Itaberaba, no estado da Bahia. Do ponto de vista teórico, está ancorada num referencial sobre as Políticas Públicas e a Educação que discute a Política Pública de Formação de Professores, tendo em vista a inclusão de pessoas surdas e cegas, utilizando os conhecimentos da área de políticas públicas (*policy analysis*) e o Ciclo de Política (*policy cycle*). Para discutir tal temática, utilizamos os seguintes aportes teóricos: Cavalcanti (2009), Dye (1984) e Roth Deubel (2003). A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva surgiu a partir de um movimento mundial como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estar juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. O objetivo do trabalho é analisar como as políticas públicas de formação continuada foram elaboradas, tendo em vista a inclusão de alunos cegos e surdos. Trata-se, portanto de uma pesquisa qualitativa, cujo método principal de coleta de dados foi o descritivo, por meio da análise de documentos e da realização de 13 entrevistas semiestruturadas com professores do atendimento especializado, da rede regular de ensino, e com a gerente de educação especial. Por meio das entrevistas com os professores foi possível identificar como tiveram acesso à formação, se a Secretaria de Educação Municipal organizou uma política de implantação da Inclusão com vistas à formação dos profissionais, e como ocorreram os processos de decisão e de elaboração das políticas públicas. A partir de tais análises, chegou-se à conclusão que a Política Pública municipal de formação de professores assume inicialmente um caráter incremental, pois incrementa a proposta do Centro de Apoio Pedagógico em Educação Especial, CEAPE. Segundo Cavalcanti (2009; p.18), “neste modelo a decisão mais adequada é aquela que assegura o melhor acordo entre os interesses envolvidos”. Outro fator importante é

<sup>44</sup> Professora no Serviço de Educação Infantil do INES (SEDIN/COADE/DEBASI/INES).

o movimento que surge no CEAPE, que destaca a importância dos profissionais enquanto atores sociais e articuladores na *politics* (jogo político) e na formulação de *public policy* (política pública) da Educação Inclusiva. Porém, a partir de 2009, momento que a Secretaria de Educação assume a política de educação, e efetiva algumas mudanças no CEAPE, não existem registros de que o ciclo seja preenchido por ações de implementação e avaliação da política até então implantada. Dessa forma, o presente estudo leva-nos a refletir sobre a importância de a formação continuada estar baseada na concepção interativa reflexiva de acordo com o modelo construtivista, que incide na premissa da necessidade da construção de Políticas Públicas específicas de formação de professores.



ASSISTIR A PALESTRA  
EM LIBRAS E PORTUGUÊS